


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008961-68.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Marineusa Antonieta Borghesan Rorigues**
 Requerido: **Borges Paula & Cia Matão Ltda - Me, Nome Fantasia Ótica Visão**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

PODER JUDICIÁRIO
1ª Vara Cível de São Carlos
Processo nº 1008961-68.2017
VISTOS

MARINEUSA ANTONIETA BORGHESAN RODRIGUES ajuizou a presente Ação de **Despejo por Falta de Pagamento (NÃO CUMULADA COM COBRANÇA DE ALUGUÉIS E ENCARGOS)** em face de **BORGES PAULA & CIA MATÃO LTDA. ME**, todos devidamente qualificados.

Aduziu, em síntese, que locou à requerida imóvel de sua propriedade, e que esta deixou de pagar os aluguéis de junho/2016 e julho/2016.

A inicial veio instruída com documentos.

Devidamente citado (p. 24), a ré deixou de apresentar defesa (p. 25), ficando reconhecida em estado de contumácia.

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319 do CPC).

Com o silêncio a requerida confessou a mora e esta leva à consequência do despejo.

* * *

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, para rescindir o contrato de locação, nos termos do art. 9º, III, da Lei 8.245/91, e **DECRETAR O DESPEJO** de **BORGES PAULA E CIA MATÃO LTDA ME**, assinalando-lhe, para voluntária desocupação, o prazo de **QUINZE (15) DIAS**, nos termos do art. 63, parágrafo 1º, "b", da Lei acima referida.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas e honorários advocatícios já fixados no despacho de p. 18.

PUBLIQUE-SE E INTIMEM-SE.

São Carlos, 09 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**